

# Editorial

## Figuras políticas do mal: limites do humano

7

Passados cinquenta anos do golpe civil-militar de 1964, a pergunta persiste: o que teriam os psicanalistas a dizer ou acrescentar a esse assunto, objeto de tantas publicações desde então. Pouca bibliografia encontra-se que fale desde a intersecção da psicanálise e política a respeito da ditadura brasileira e suas marcas naqueles que a viveram mais diretamente ou nas gerações subsequentes.

Neste momento, reiteramos os princípios que nortearam a fundação de nosso Departamento em 1985, como espaço institucional de formação e intervenção da Psicanálise na cultura, através de uma visão não dogmática e socialmente engajada. Acontecia nesse momento o início da redemocratização no Brasil e se ponderava sobre as formas possíveis de inserção social e política dos psicanalistas.

Durante 2014, várias iniciativas de reflexão sobre as repercussões da ditadura civil-militar no Brasil, iniciada com o golpe de 1964, nos incentivaram a publicar um número temático que incluísse contribuições de psicanalistas sobre esse nefasto acontecimento.

A partir dessa decisão, a revista *Percurso* convidou membros do Departamento e de outras instituições psicanalíticas a escrever sobre as reverberações da ditadura, conforme sua própria percepção. O resultado materializou-se na construção deste número, que focaliza os efeitos sobre as subjetividades – no limite do humano – das figuras políticas do mal, particularmente na maneira que assumiram durante a ditadura civil-militar no Brasil.

PERCURSO 52 : p. 7-8 : junho de 2014

O elenco de leituras expande o pensamento e sentimentos de psicanalistas sobre o enclave que a violência desmedida e a crueldade extrema provocaram no país. Em todas as seções da Revista, os textos e as falas consolidam o questionamento e a indignação frente à barbárie. As contribuições vão desde relatos de caráter pessoal até outros que questionam frontalmente a posição do analista, diferente daquela do cientista político, do historiador ou do jurista. Perguntam inclusive onde estavam –salvo honrosas exceções– os psicanalistas e de que forma se conduziram diante do terror.

Alguns autores se referem ao *homo sacer* brasileiro, aos excluídos. Outros trazem a questão do exílio, da memória. Memória que se desmancha pelo desmentido, pelo apagamento da prova de realidade, esquecimento que se perpetua na sociedade como um todo. Ainda, o papel do ódio na economia psíquica em sua dupla dimensão paradoxal: ora como ódio destrutivo, ora como afeto necessário. Nessa direção, a tortura, filha da crueldade, algo da ordem do demasiadamente humano, há que ser considerada como crime de lesa humanidade, inafiançável.

A inédita contribuição de vários membros do Departamento de Psicanálise, inclusive a partir das Clínicas do Testemunho, prova, sim, que as questões da ditadura civil-militar são questões para a psicanálise. São questões para a clínica, para a teoria, e incluem o lugar do psicanalista e da psicanálise frente ao trauma e ao silenciamento; frente à dor extrema e ao esquecimento; frente ao Estado que substituiu a legitimidade da lei pelo Estado de Exceção. As marcas desse período impregnaram o país. Vivências do sinistro, do irrepresentável, do pior e do inominável transitam entre textos e entre os autores, e falam sobre o Brasil e sobre outras experiências do terror.

Reunir estes ensaios, leituras, debate e contribuições também de experiências de horror externas ao Brasil atualiza a afirmativa freudiana de que nenhuma geração pode ocultar das gerações seguintes o que uma vez ocorreu. Não pode ocultar o que presenciou e que reverbera ainda sem respostas, e muitas vezes sem representação possível.

Este número de *Percurso* revitaliza as raízes de nossa fundação.